

**Modalidade do trabalho:** Relatório técnico-científico  
**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

## **TRABALHO EM SAÚDE E LUTA DE CLASSES NOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE CASCAVEL, PARANÁ, BRASIL<sup>1</sup>**

**Leonardo Dresch Eberhardt<sup>2</sup>, Manoela De Carvalho<sup>3</sup>.**

<sup>1</sup> Parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem do autor, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Cascavel (PR)

<sup>2</sup> Enfermeiro. Bolsista da FAPERJ. Estudante do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: leonardodeberhardt@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Saúde Coletiva. Docente do curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Cascavel (PR), Brasil. E-mail: man0ela@hotmail.com

### **INTRODUÇÃO**

O problema da organização coletiva dos trabalhadores na luta por seus direitos tem se agravado. Num cenário de profundas alterações no mundo do trabalho, com conseqüente crise do sindicalismo e precarização do trabalho (ANTUNES, 2007; 2014), há o desafio de compreender as limitações e possibilidades históricas das organizações fundadas pela classe trabalhadora no enfrentamento com o capital.

No setor saúde, todavia, são poucos os estudos que objetivam analisar as formas coletivas de organização dos trabalhadores. Partindo do conceito de saúde proposto por Noriega (1993), no qual há a incorporação da categoria "luta de classes" (MARX; ENGELS, 1998, p. 86), esta pesquisa buscou responder à seguinte questão: quais as estratégias de resistência individual ou luta coletiva utilizadas pelos trabalhadores municipais de saúde de Cascavel (Paraná) e qual a reação do gestor público municipal frente à mobilização dos trabalhadores?

Desta forma, este trabalho foi desenvolvido com a finalidade de analisar a trajetória do movimento de trabalhadores dos serviços municipais de saúde de Cascavel/PR no enfrentamento de questões relacionadas ao trabalho.

### **METODOLOGIA**

Pesquisa qualitativa que utilizou dados coletados por meio de entrevista semi-estruturada, a oito trabalhadores dos serviços municipais de saúde de Cascavel/PR que foram lideranças da organização coletiva dos servidores no período de 1976 a 2014. As entrevistas foram realizadas entre maio e agosto de 2014 e os sujeitos foram selecionados utilizando-se a técnica de bola-de-neve (snowball sampling) na qual o entrevistado inicial indicou outros possíveis sujeitos da pesquisa e assim por diante (ATKINSON; FLINT, 2001).

**Modalidade do trabalho:** Relatório técnico-científico

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

O campo de estudo foi o município de Cascavel, localizado na região Oeste do estado do Paraná. O município tem aproximadamente 300 mil habitantes e é considerado um pólo universitário e um pólo regional de prestação de serviços, principalmente de saúde (CASCAVEL, 2016).

Entre os entrevistados havia um indivíduo do sexo masculino e sete indivíduos do sexo feminino, trabalhadores de serviços de saúde vinculados à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) ou ex-trabalhadores, de diversas categorias profissionais, entre elas, enfermagem, serviço social, nutrição e psicologia.. Após a transcrição das entrevistas, procedeu-se a leitura detalhada das mesmas. Os procedimentos de análise dos dados seguiram as orientações de Minayo (2008).

A pesquisa seguiu as normas para pesquisas com seres humanos, dispostas pela Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (BRASIL, 2012), e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unioeste, pelo parecer n. 497.098 de 12/12/2013 (CAAE: 24005613.1.0000.0107). As transcrições literais das falas dos sujeitos foram apresentadas no texto entre aspas e em itálico. Optou-se por manter o anonimato dos entrevistados com a finalidade de protegê-los de possíveis riscos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O período histórico contemplado pela pesquisa foi dividido, com finalidades analíticas, de 1976-1988, 1989-2000 e 2001-2014. Para a definição dos períodos, foram consideradas as relações entre a conjuntura política nacional e local.

Na conjuntura nacional, os fatos políticos que marcaram o período foram: o processo de redemocratização após a ditadura militar, os governos Sarney, Collor, Neves e Cardoso, e a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, em inícios da década de 2000. Cabe ressaltar que, no período estudado, os prefeitos do município de Cascavel tiveram origem e vincularam-se ao empresariado local, o que acusa uma permanência dos interesses do setor privado na gestão pública da cidade.

Com base na análise crítica dos achados empíricos, concatenada aos objetivos da pesquisa, foram construídas três categorias temáticas: (1) problemas vivenciados pelos trabalhadores nos serviços de saúde; (2) estratégias de ação coletiva ou individual; e (3) percepção dos trabalhadores sobre a resposta dos gestores municipais às mobilizações. Estas categorias serão discutidas dialeticamente no decorrer da apresentação dos resultados.

Em primeiro lugar, como problemas vivenciados nos serviços de saúde, na percepção dos trabalhadores entrevistados, as questões salariais e de jornada de trabalho obtiveram destaque em todo o período estudado. Tanto é que os baixos salários levaram alguns trabalhadores a procurarem outros vínculos de trabalho na tentativa de aumentar a renda familiar.

A limitação da jornada de trabalho e a remuneração da força de trabalho têm ocupado, historicamente, um lugar central nas lutas dos movimentos de trabalhadores. Sua importância para o

**Modalidade do trabalho:** Relatório técnico-científico

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

conflito capital-trabalho é explicada pela teoria marxiana do mais-valor: uma jornada de trabalho mais extensa contém maior tempo de trabalho excedente, ou seja, maior valor apropriado pelo capitalista; uma jornada reduzida, em contrapartida, representa maior possibilidade da apropriação de uma menor taxa de mais-valor pelo capitalista, uma vez que o tempo de trabalho necessário ocupa a maior parte da jornada (MARX, 2013).

No primeiro período (1976-1988), os problemas relacionados à estrutura física precária das Unidades de Saúde (US) e à falta de trabalhadores também se destacaram. Isso é exemplificado na fala de um dos trabalhadores: "nas unidades básicas, a estrutura física era bem precária e em termos de recursos humanos também". Na década de 1990, a estrutura física e o quadro de profissionais deixa de ser citado pelos trabalhadores como um problema enfrentado. Isso se deve, possivelmente, à alteração na dinâmica da organização dos serviços de saúde, proporcionada pela implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2007), com a descentralização e municipalização dos serviços.

Nesse primeiro período, a relação dos trabalhadores com uma gestão autoritária e centralizadora das decisões foi relatada como problema central vivenciado. Não havia mecanismo formal de negociação que os trabalhadores se sentissem seguros e amparados para lutar por suas reivindicações. Portanto, "não tinha espaço pra se discutir" com a gestão.

A luta pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) emergiu em meados dos anos 1990, após a implantação do SUS, com a finalidade de aglutinar as reivindicações citadas anteriormente: a questão salarial e a jornada de trabalho, além da isonomia entre as categorias profissionais. O município possuía um Plano para os servidores, mas este não atendia as necessidades e direitos dos trabalhadores da saúde e estava desatualizado. Somente em 2004, a gestão municipal iniciou um processo de reformulação – que culminou na confecção de um Plano –, sem a participação direta dos trabalhadores, isto é, de modo autoritário e centralizador. De acordo com a percepção de um dos entrevistados, "Ele [o PCCS] foi feito de forma exclusiva, a portas fechadas".

No setor saúde, desde a institucionalização do SUS, o PCCS foi uma exigência para a transferência de recursos financeiros fundo a fundo entre as esferas de governo, determinada pela Lei Federal nº 8.142/1990 (BRASIL, 1990) e ainda é um problema nos municípios brasileiros, alvo de preocupação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde, demonstrada a partir da publicação das Diretrizes Nacionais para a Elaboração dos PCCS no SUS (BRASIL, 2006).

A partir da identificação, pelos trabalhadores, das situações-problema apresentadas anteriormente, estes procuraram estratégias de organização para intervir, buscando solucioná-las. A estratégia de reunir os trabalhadores para discutir os problemas vivenciados perpassa todo o período analisado e é o ponto de partida para a definição de outras ações. Uma questão importante colocada pelos trabalhadores era a autonomia do movimento em relação à gestão: "a gente evitou chamar os gestores para as reuniões".

**Modalidade do trabalho:** Relatório técnico-científico

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

Desta forma, amparados pela nova Constituição de 1988, os trabalhadores da saúde, em conjunto com os demais trabalhadores da prefeitura municipal (da educação, transporte, obras etc.), decidiram pela criação de um sindicato dos servidores municipais, cuja assembleia de fundação foi realizada ainda no ano de 1988.

Desde sua fundação até o ano de 1994, o sindicato realizou pelo menos dois grandes movimentos grevistas, cujos objetivos eram melhorias e atualização no pagamento de salários atrasados; melhores condições de trabalho e da qualidade da assistência à população; e ampliação da estrutura física das unidades e do quadro de trabalhadores. Trabalhava-se na perspectiva da negociação: "se caso ela não chegasse a termo, tinha-se o direito de greve".

Contudo, paulatinamente o sindicato foi perdendo seu caráter combativo para assumir uma posição de cooperação com a gestão, segundo a percepção dos entrevistados. A partir de meados de 1990, os trabalhadores passam a relatar uma desconfiança no sindicato. Afirmam, por exemplo, que ele "é comprado", ou que foi "vendido" pelos que dele participavam ativamente em troca de cargos de chefia, e "poder".

A literatura aponta que o sindicalismo brasileiro, entre os anos 1980 e 1990, passou da confrontação direta para um sindicalismo de 'participação', que, para Ramalho (2003), se caracteriza pela participação do sindicato em quase tudo... "desde que não se questione o mercado, a legitimidade do lucro, o que e para quem se produz, a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim, os elementos básicos do complexo movimento do capital" (RAMALHO, 2003, p. 130-131).

Por fim, a resposta dos gestores às mobilizações dos trabalhadores sempre foi de "indiferença" perante a situação vivenciada por eles e, de modo geral, pela situação dos serviços de saúde do município. Em todas as entrevistas, independente dos períodos abordados, a palavra 'autoritária' foi a mais utilizada para qualificar a gestão: "não se tem muito diálogo, não se tem negociação. As decisões são feitas de cima pra baixo". O desgaste e o sofrimento decorrente do enfrentamento constante com a gestão foram referidos como elementos importantes da dinâmica recente de suas lutas. Muitos deles têm procurado se afastar do embate mais direto com a gestão para preservar a saúde. Alguns deles "precisaram de tratamento psicológico".

## CONCLUSÕES

Os trabalhadores dos serviços de saúde de Cascavel (PR) procuraram encontrar estratégias de mobilização e organização coletiva desde reuniões sistemáticas até greves e mobilizações, organizadas pelo sindicato. A gestão, em contrapartida, em um contexto geral favorável a desmobilização dos trabalhadores, buscou estratégias que produzissem o desmonte das organizações coletivas por eles fundadas. Desgastados psicologicamente, uma parte deles optou por se afastar do processo de enfrentamento com a gestão.

Desta forma, é possível afirmar que os serviços de saúde também são permeados pela luta de classes. Ou seja, o conflito de interesses faz parte da dinâmica destes espaços.

**Modalidade do trabalho:** Relatório técnico-científico

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

Como limitação desta pesquisa, pondera-se a utilização apenas de fontes orais, que, conforme alerta Joutard (2000), estão sujeitas às fraquezas da memória, à tendência para o mito e o esquecimento. Ainda assim, espera-se que a pesquisa contribua com a consolidação do coletivo de trabalhadores de saúde aqui estudados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde Pública; Pessoal de Saúde; Trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Org.). A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. Estudos avançados, São Paulo, v. 28, n. 81, maio/ago. 2014.

ATKINSON, R; FLINT, J. Accessing hidden and hard-to-reach populations: snowball research strategies. Social research update, University of Surrey, England, i. 33, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília; 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. PCCS-SUS: diretrizes nacionais para a instituição de planos de carreira, cargos e salários no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília; 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 53/2006 e pelas Emendas de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012. Brasília; 2012.

CASCADEL. Portal do Município de Cascavel [website]. Disponível em: < <http://www.cascavel.pr.gov.br/historia.php>>. Acesso em: 06 maio 2016.

JOUTARD, P. Desafios à história oral do século XXI. In: ALBERTI, V.; FERNANDES, T. M.; FERREIRA, M. M. (Orgs). História oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

MARX, K. O capital: crítica da economia política, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 1998.

**Modalidade do trabalho:** Relatório técnico-científico  
**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NORIEGA, M. Organización laboral, exigencias y enfermedad. In: LAURELL, A. C. (Org.). Para la investigación de la salud de los trabajadores. Washington (USA): OPAS, 1993.

RAMALHO, J. R. Movimento sindical e política social. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2003.